Estado da Paraíba

Assembléia Legislativa

PROJETO DE LEI Nº 558/96

AO EXPEDIENTE DO DIA

23 de 09 de 19 96
Em 20 de 09 de 19 96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA e dá outras providências.

Presidente

A Assembléia Legislativa decreta:

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

**Assessoria ao Plenário
Constou no Expediente**

Em 23 de 09 de 96

Diretor da Ass. ao Plenário

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1996

Luiz Couto
Luiz Couto

Líder da Bancada do PT

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com natureza jurídica própria, fundada em 05 de julho de 1995, situada à rua Senador João Lira - 759, Bairro de Jaguaribe, em João Pessoa, que tem os seguintes objetivos: difundir as manifestações culturais locais; promover a defesa de meio ambiente em geral e a preservação dos ecossistemas naturais em particular; editar, divulgar e subvencionar eventos nas áreas de artes plásticas, música, artes cênicas, festas populares, cursos e projetos de preservação do meio ambiente.

O zelo com a cultura, a arte e o meio ambiente deve ser uma preocupação de toda sociedade. Ou seja, essa preocupação não pode, de forma alguma, ser só no âmbito acadêmico e das instituições científicas. É interessante perceber que a exteriorização desse pensamento já é uma existência concreta. Observe-se, por exemplo, a bravura dos vários grupos artísticos espalhados nos municípios, que sem nenhum financiamento, persistem e não desistem de produzir cultura. O que tem fortalecido, acentuadamente, a cultura popular. Sua maior força, talvez seja exatamente pelo fato de ser produzida espontaneamente e em qualquer lugar.

Por isso, cultura e meio ambiente se harmonizam. Até porque, educação ambiental traz em seu bojo, além do aprendizado de novos modos e formas de conviver com a natureza, o aprendizado e a reflexão sobre o próprio homem e seu papel na sociedade. O retorno do subjetivismo e a busca de novos valores espirituais que observamos atualmente; a valorização da família, do convívio dentro de casa, em contraposição à busca de prazeres e celebridades em festas e locais públicos; fazem parte de uma nova cultura sócio-política que está sendo gestada nesse final de século.

É nesse sentido e em meio a esta realidade, que solicitamos o justo reconhecimento, da Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, como uma entidade de Utilidade Pública. O que, certamente, vai fortalecer a educação ambiental, artística e cultural, que constitui uma novidade histórica gerada por uma tomada de consciência importante e significativa, na sociedade da Paraíba e do Nordeste.

Sala das Sessões, 19 de setembro de 1996

Luiz Coulo

Líder da Bancada do PT

DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a Associação dos Amigos da Cultura, Artes e Meio-Ambiente - AACAMA, encontra-se desenvolvendo suas atividades culturais em toda sua plenitude.

João Pessoa, 11 de setembro de 1996.

RICARDO VIEIRA COUTINHO
VEREADOR - PT

TOSCANO DE BRITO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

TITULAR

Germano Carvalho Toscano de Brito

SUBSTITUTO

Kleber Carvalho Toscano

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

CERTIDÃO

Certifico que nesta data foi Registrado o documento abaixo caracterizado sob o nº 88496 do Livro A 22 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas. O Certificado é verdade. Dou Fé.

João Pessoa (PB) 16 / 8 / 85

~~CLÉBER C. TOSCANO~~
~~OFICIAL SUBSTITUTO~~
O OFICIAL DO REGISTRO

NATUREZA DO DOCUMENTO: Instituto Social

ENTIDADE: Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente

D.O.E. DE: _____

PÁGINA(S): _____

Apresentado hoje para Registro. Protocolado sob

nº 88496 no Livro A nº 10.

Registrado sob nº 88496 no Livro A nº 22

do Registro Civil das Pessoas Jurídicas - Toscano de Brito.

João Pessoa (PB) 16 / 8 / 85

~~CLÉBER C. TOSCANO~~
~~OFICIAL SUBSTITUTO~~
O OFICIAL DO REGISTRO

TOSCANO DE BRITO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS - JOÃO PESSOA - PB

Certidão de Personalidade Jurídica

LIVRO "A" 22

Certifico e dou fé que nos termos dos arts. 18 e 19 do Código Civil Brasileiro e na forma dos arts. 114 e 119 da Lei nº 6.015 de 31 de dezembro de 1973, em data de hoje foi conferida personalidade jurídica à:

Associação dos Amigos da Arte, Cultura e Meio Ambiente
sociedade civil estabelecida à Rua Senador João Lira, 759, na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba, conforme registro nº **88496** deste Serviço.

João Pessoa, 16 de agosto de 1995.

O OFICIAL DO REGISTRO

KLÉBER C. TOSCANO
OFICIAL SUPLENTE

A.A.C. A.M.A.

Associação dos amigos da cultura, arte e meio ambiente

ESTATUTO

Capítulo I

Da constituição e objetivos

Artigo 1º

A Associação dos amigos da cultura, arte e meio ambiente - A.A.C.A.M.A. -, é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de João Pessoa - Pb, na rua Senador João Lira, 759 Bairro de Jaguaribe, CEP 58015150 (Ateliê Casa Velha), de duração indeterminada, com personalidade jurídica na forma da lei, e que tem os seguintes objetivos:

- I - Difundir as manifestações culturais locais.
- II - Promover a defesa do meio ambiente em geral e a preservação dos ecossistemas naturais em particular.
- III - Editar, divulgar e subvencionar eventos nas áreas de: artes plásticas, música, artes cênicas, festas populares, cursos e projetos de preservação do meio ambiente.

Artigo 2º

Sendo uma associação para fins profissionais e assistenciais está, pois, imune a tributação sobre o seu patrimônio, renda e seus serviços nos termos da constituição federal, atendendo rigorosamente aos seus requisitos exigidos pelo código tributário nacional para gozo dessa imunidade, nos termos do artigo 14, incisos I e III.

Capítulo II

Do quadro social

Artigo 3º

Além dos sócios fundadores são membros da A.A.C.A.M.A. todas as pessoas idoneas, cujos pedidos de admissão tiverem sido aceitos pela diretoria e aprovado em assembleia geral.

Artigo 4º

Poderá se filiar a associação qualquer pessoa que aceite a sua carta de princípios e cumpra as exigências do estatuto social.

* Parágrafo único - Os sócios não respondem pelas obrigações contratadas pela associação.

Artigo 5º

O sócio deixará de fazer parte da sociedade pelo afastamento voluntário ou pela exclusão em assembleia geral, somente ocorrendo esta hipótese quando se verificar violação de dispositivo deste estatuto ou conduta incompatível com a carta de princípios.

*Parágrafo único - A diretoria poderá delegar poderes para o sócio representar a associação em juízo ou fora dele se aquela achar necessário.

Artigo 6º

São sócios colaboradores, pessoas que contribuam com a entidade, na realização de seus objetivos, segundo critérios a serem determinados pelo conselho administrativo.

Artigo 7º

Dos direitos e deveres dos sócios

DIREITOS:

- A votar, ser votado e ter voz na assembleia.
- Entrada franqueada nos eventos da associação aberto e, com desconto de 50% nos fechados.
- Usufruir dos benefícios conquistados pela associação.

DEVERES:

- Comparecer as assembleias gerais a serem realizadas pela associação, com data e hora definida previamente.
- Zelar pelo patrimônio da entidade.
- Contribuir mensalmente com a associação

*Parágrafo único - Terá direito a voz e a voto nas assembleias, o sócio que além de estar em dia com as mensalidades, tiver 60% de frequência nas reuniões e assembleias.

Capítulo III

Seção II

Da organização e da administração

Artigo 8º

São órgãos deliberativos da associação:

- Assembleia geral, constituída por todos os sócios.
- Conselho administrativo: Secretário geral
Secretário tesoureiro.
Secretário de eventos
Secretário de imprensa
- Conselho fiscal : Composto por três membros

Da assembleia geral e da eleição

Artigo 9º

A assembleia geral que é a reunião plenária de todos os sócios, e que se realizará ordinariamente de três em três meses ou quando se fizer necessário, sob a presidência do secretário geral, é o órgão deliberativo máximo da associação.

Artigo 10º

Compete a assembléa geral:

- I - Eleger e empossar o conselho administrativo e o conselho fiscal.
- II - Julgar os atos do conselho administrativo e do conselho fiscal.
- III - Admitir e excluir os sócios do quadro social.
- IV - Destituir membros do conselho administrativo e do conselho fiscal, procedendo, na ocasião, à eleição de um novo sócio que deverá exercer as funções do destituído até o término do mandato.
- V - Determinar sobre a fundação de novos estabelecimentos.
- VI - Examinar o parecer do conselho fiscal sobre as contas do conselho administrativo.
- VII - Determinar as linhas gerais de atuação dentro da associação.
- VIII - Alterar os estatutos.
- IX - Decidir sobre a extinção da associação, procedendo na ocasião, à escolha da destinação de seus bens que deverão ser transferidos para instituições de objetivos afins.
- X - Fixar contribuição social dos associados.
- XI - Deliberar sobre alienação dos bens, imóveis, bem como agravá-los com ônus reais.
- XII - A assembléa geral convocada para fins de eleições do conselho administrativo e do conselho fiscal, deverão se apresentar àqueles que desejarem assumir quaisquer dos cargos sociais. Considerar-se-ão eleitos os que dentre os apresentados obtiverem o maior número de votos.
- XIII - O associado concorrerá individualmente para um cargo específico. Em caso de empate, serão feitas tantas eleições quantas forem necessárias para o desempate.
- XIV - As eleições se realizarão em um só dia, das 8:00 às 17:00h, devendo a apuração proceder-se imediatamente após a votação e o voto, é direto, intransferível, individual e secreto.
- XV - As eleições serão efetuadas no período de 15 a 30 dias do mandato da diretoria anterior e a posse da nova diretoria se realizará no último dia do mandato da diretoria substituída.
- XVI - Apenas os sócios desta entidade participam das assembléas eleitorais.
- XVII - Compete à assembléa geral extraordinária e mediante a aprovação de dois terços dos sócios presentes, deliberar sobre as matérias constantes dos incisos III, IV, V, VI, VII, XI do artigo supra.
- XVIII - As assembléas gerais realizar-se-ão em primeira convocação com dois terços dos sócios inscritos no quadro social, no mínimo; em segunda a ser realizada 30 min. após a primeira, com metade mais um, e, em terceira, trinta minutos após a segunda com qualquer número de sócios presentes.

Artigo 11º

A convocação de qualquer assembléa geral será feita mediante comunicação aos associados, através de editais afixados na sede da entidade.

Seção III

Do conselho administrativo

Artigo 12º

O conselho administrativo é o órgão executivo da sociedade presidido pelo secretário geral e constituído por quatro conselheiros.

Artigo 13º

Compete ao secretário geral:

- Presidir a assembléa geral.
- Presidir o conselho administrativo.

- Representar a entidade ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente nas suas relações sentenciosas com terceiros, podendo para tal constituir advogados e mandatários.
- Assinar expediente da entidade.
- Receber donativos, subvenções, contribuições, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias (mediante comprovação do extrato bancário), assinar cheques e endossar títulos, obrigatoriamente, em conjunto com o conselheiro-tesoureiro.

Artigo 14º

00496 130/73 21/11

Compete ao tesoureiro :

- Supervisionar ou fazer a contabilidade da sociedade.
- Receber pagamentos, subvenções, donativos, contribuições destinadas a entidade em conjunto com o secretário geral.
- Assinar cheques e endossar títulos conjuntamente com o secretário geral.
- Apresentar ao conselho administrativo, trimestralmente balancete financeiro e anualmente balanço geral da sociedade em assembleia geral.

Artigo 15º

Compete ao secretário de eventos e imprensa:

- Organizar a programação de eventos da sociedade.
- Manter em dia a correspondência da sociedade.
- Secretariar as reuniões do conselho administrativo e da assembleia geral lavrando atas.

Artigo 16º

Compete ao conselho fiscal:

- Emitir parecer sobre as contas apresentadas pelo conselho administrativo.
- Realizar quaisquer gestões que visem garantir a sanidade financeira da sociedade.

Capítulo IV

Dos assessores técnicos

Artigo 17º

A sociedade poderá contratar, em caráter permanente ou temporário, profissionais de qualquer área de conhecimento para realizar serviço de assessoria dentro das finalidades e dos fins que a norteiam.

Capítulo V

Do patrimônio

Artigo 18º

O patrimônio da sociedade será formado por:

- Bens, imóveis e móveis que forem adquiridos por compra, doação ou legado.
- Donativos ou legados de qualquer natureza.
- Rendas auferidas provenientes de seus bens e serviços.

[Handwritten signature]

Artigo 19º

Não serão distribuídos lucros, bonificações, vantagens, dividendos e remuneração a seus dirigentes e sócios, sendo todo o seu patrimônio destinado unicamente à consecução dos seus objetivos.

Capítulo VI

Das disposições gerais e transitórias:

Artigo 20º

O primeiro conselho administrativo deverá providenciar a confecção do regimento interno a ser discutido e aprovado em assembléias geral, com ou sem emendas.

Artigo 21º

Este estatuto será publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba e registrado em cartório de registro de títulos e documentos e em outros órgãos competentes.

*Este estatuto foi aprovado em assembléia geral realizada no dia de.....do corrente ano.

João Pessoa de.../.../.....de 1995

TOSCANO DE BRITO

SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL

Rua Cândido Pessoa, 31 - Fone: (083) 222.1017 - João Pessoa - PB

Registro Civil das Pessoas Jurídicas

Titular: Germano Carvalho Toscano de Brito

Substituto: Kleber Carvalho Toscano

Apresentado hoje para Registro, Protocolado no livro A e registrado sob nº 88976 no Livro A

10 39, ficando cópia arquivada neste Serviço. O que Certifico e dou Fé. João Pessoa(PB) 16/8/95

KLEBER C. TOSCANO
OFICIAL SUPLENTE

[Handwritten signatures and notes]
0013-5638

Sec. Imprensa - ~~Stácia Maria Gomes Mendes~~
- ~~Felipe~~
- ~~Jany, Mevy, Democra Leite~~

Sec. Meio Ambiente - ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~

Sec. eventos - Nelson Alves Teixeira
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~

Sec. Geral - MRB - Regina
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~

PESSOAS PRESENTES:

- ~~Porto de Aguiar Filho~~
- ~~Lucia C. S. de Almeida~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~
- ~~[Signature]~~

do [Signature]

TOSCANO DO BRITO
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL
 Rua C. Araribó Pessoa, 31 - Fone (083) 222 1017 - João Pessoa - PB
 Registro de Títulos e Documentos
 Titular: Germano Carvalho Toscano do Brito
 Substituto: Kleber Carvalho Toscano
 Apresentado hoje para Registro, Protocolado no livro A
 10 e registrado sob nº 88579 no Livro B
 327, ficando cópia arquivada neste Serviço. O que
 Certifico e dou Fé. João Pessoa (PB) 17/07/95

João Pessoa, Jaguaribe, 05 de Julho de 1995.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
A.A.C.A.M.A - ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA
ARTE E MEIO AMBIENTE.

Aos cinco dias do ⁰⁰⁵⁷ mês de julho
do ano de mil novecentos e noventa e cinco,
no Ateliê - Casa Velha, na Av. Senador João Inor,
759, Bairro de Jacuarepe, João Pessoa - PB, oportu-
nidade em que se reuniram em ASSEMBLÉIA
GERAL EXTRAORDINÁRIA, os abaixo-assinados delibera-
ram no sentido de criar a AACAMA - ASSO-
CIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA ARTE E DO
MEIO AMBIENTE, bem como elegeram a sua
Junta Diretora provisória da associação, que
regere e administrará por um ano, e, em
seguida, providenciará a eleição de sua Direto-
ria, como modelo e demais caminhar, na
mesma oportunidade foi aprovado o estatuto,
sendo indicado um secretário-geral, o Conselho Fir-
mal, Tesoureiro, Secretários de Imprensa, Secretários
de contas e secretário do Meio Ambiente, os quais
existem a presente, e, para contar em Comitê
(COMISSÃO DE FIBUBINEDO ANARMA), que redigiu a presente
ATA, que após encerrada, segue devidamente
assinada.

- JEC. GERAL - Camilo de Figueiredo Araújo
- Vice-Sec. Geral - José Fernandes de Oliveira Filho
- CONSELHO FISCAL - Paulo Roberto Soares da Silva
- J. de S. P. P. P. P.

- TESOUREIRO - J. de S. P. P. P.
- J. de S. P. P. P.

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
CENTRO DE INFORMAÇÕES ECONÔMICAS FISCALIS
CADASTRO GERAL DE CONTRIBUÍVEIS

C G C
FICHA DE INSCRIÇÃO
DO ESTABELECIMENTO-SEDE

01 PARA USO DA REPARTIÇÃO

1

5

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- CONSULTE O MANUAL DO CONTRIBUÍVEL DO ANO PRETERITO PARA A ENTREGA.
- PREENCHA A MÁQUINA EM TÍPOGRAFIA EM ESTABELECIMENTO LEGÍTIMO.
- NÃO PREENCHA OS QUADROS DE USO DA REPARTIÇÃO.
- DEIXE EM BRANCO OS ITENS EM QUE NÃO TENHA A INFORMAR.
- APRESENTE TODAS AS VIAS AO ÓRGÃO DA SEDE DA JURISDIÇÃO DO ESTABELECIMENTO-SEDE.
- PREENCHA OS CAMPOS DIVIDIDOS EM QUADRINHOS, COLOCANDO CADA LETRA DE VOTO DE UM QUADRINHO A COMEÇAR DO PRIMEIRO.

02 02

ETIQUETA PROTOCOLO DO C. G. C.

0

* ESTA FICHA, QUANDO AUTENTICADA, SUBSTITUI O CARTÃO C. G. C. PELO PRAZO DE 90 (NOVENTA) DIAS, CONTADOS DA DATA DE RECEPÇÃO (QUADRO 14), OU DA ÚLTIMA DATA DE REVALIDAÇÃO APOSTA NO VERSO.

03 **INFORMAÇÕES GERAIS**

03 INSCRITO ANTERIORMENTE NO C.G.C.?
SIM NÃO 01 8

04 SOCIEDADE DE BAIXA NA MAIS DE 5 (CINCO) ANOS?
SIM NÃO 03 0

05 NÚMERO DE INSCRIÇÃO ANTERIOR NO C.G.C.
Nº BÁSICO: 0001

05 **INFORMAÇÕES FINANCEIRAS**

07 Nº DE PATRÃO: 00

08 PERCENTUAL DO CAPITAL: 01 1 0 0 0

09 TAXA DE CAPITAL (Acreditado com "X")
MENS DE C.B. INSCRIÇÃO: 01 6

10 Nº DE INSCRIÇÃO: 02 4

11 Nº DE C.B. INSCRIÇÃO: X 03 2

04 **RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS**

06 ASSINALE COM "X" OS TRIBUTOS QUE A SEDE RECEBER PARCIALMENTE

IMPOSTO DE RENDA (DECLARAÇÃO)	X 00 9	08 4	ENERGIA ELÉTRICA	09 2
EXPORTAÇÃO	01 7	08 4	MINERAIS	10 6
PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL	02 5	09 2	TRANSMISSÃO PROPRIETÁRIA	11 4
IMPORTAÇÃO	03 3	10 6	ICM	12 2
IMPOSTO DE RENDA (NA FONTE)	04 1	11 4	PROPRIEDADE TERRITORIAL E PREDIAL URBANA	13 0
ITPI	05 0	12 2	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS	14 9
OPERAÇÕES FINANCEIRAS	06 8	13 0		
SERVIÇOS DE TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES (FEDERAL)	07 6	14 9		

06 **NATUREZA JURÍDICA**

ASSINALE COM "X" A FORMA DE CONSTITUIÇÃO

EMPRESA INDIVIDUAL (COMÉRCIO OU INDÚSTRIA)	00 6	EMPRESA PÚBLICA	10 3
SOCIEDADE EM NOME COLETIVO	01 4	SOC. DE ECONOMIA MISTA	11 1
SOC. POR COTAS EM RESPONSABILIDADE LÍDA	02 2	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL FECHADO)	12 0
SOC. DE CAPITAL E INDÚSTRIA	03 0	SOC. ANÔNIMA (CAPITAL ABERTO)	13 8
SOC. COMANDA SIMPLES	04 9	EMPRESA INDIVIDUAL (PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS)	14 6
SOC. EM COMANDA POR AÇÕES	05 7	FUNDAÇÃO	15 4
SOC. CIVIL COM FINS LUCRATIVOS	06 5	ASSOCIAÇÃO	X 16 2
SOC. EM FORMA DE PARTICIPAÇÃO	07 3	AUTAPÓDIA	17 0
SOC. COOPERATIVA	08 1	ÓRGÃO PÚBLICO	18 9
FILIAL SUPLENTE AGÊNCIA DE EMPL. SA. SEM VISA NO EXTERIOR	09 0		

07 **ATIVIDADE PRINCIPAL DO ESTABELECIMENTO-SEDE**

08 INSCRIÇÃO: 6 1 1 1 9

09 **DENOMINAÇÃO**

10 FIRMA DO RAZÃO SOCIAL (DE NOMINAÇÃO COMERCIAL): ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA ARTE E MEIO AMBIENTE

11 NOME DE FANTASIA: AACAMA

12 **ENDEREÇO DO ESTABELECIMENTO-SEDE**

13 RUA: SEN. JOÃO LIRA

14 Nº: 759

15 BARRIO (OU DISTRITO): JAGUARIBE

16 MUNICÍPIO: JOÃO PESSOA

17 CEP: 58015-150

18 UF: PB

19 **PESSOA FÍSICA RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA**

20 INSCRIÇÃO NO CPF: 4 5 0 9 0 4 5 9 4 8 7

21 NOME: CAMILO DE FIGUEIREDO ARANHA

22 **CONTROLE DE REMESSA DE DOCUMENTOS**

23 Nº: 7 3 0 1

24 **RECEPÇÃO NO ÓRGÃO DA JURISDIÇÃO DA SEDE**

25 Nº: 04.3.01.00-5

26 DATA: 18 / 08 / 1995

27 DRF / J. Pessoa - PB

28 **ASSUNTO TOTAL RESPONSABILIDADE COM PLENO CONHECIMENTO DO DISPOSTO NA LEGISLAÇÃO VIGENTE**

29 DATA: JOÃO PESSOA, 18 de agosto 95.

30 ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PERANTE O MINISTÉRIO DA FAZENDA

[Assinatura]

31 **PARA USO DO ÓRGÃO LOCAL DA JURISDIÇÃO DA SEDE**

32 DATA DE RECEPÇÃO: _____

33 MATRÍCULA DO FUNCIONÁRIO: _____

MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL
COORDENAÇÃO GERAL DE TECNOLOGIA
E DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

CGC

VÁLIDO ATÉ 30/06/97

NUMERO DE INSCRIÇÃO 00.763.477/0001

ATIVIDADE PRINCIPAL 61.11

CNP DO RESPONSÁVEL 450.804.594-87

NATUREZA JURÍDICA 15 - ASSOCIAÇÃO

TIPO DE EMPRESÁRIO JOÃO PESSOA

TURMA OU RAZÃO SOCIAL / DENOMINAÇÃO COMERCIAL ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA CULTURA ARTE E MEIO AMBIENTE

NOME DE FANTASIA AACANA

LOGRADOURO RUA SEN. JOÃO LIRA

NÚMERO 759

COMPLEMENTO

CEP 58015-150

BARRIO - DISTRITO JAGUARIBE

MUNICÍPIO JOÃO PESSOA

UF PB

2

COD. 7560.027147.0

7141613

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

ESTE CARTÃO COMPROVA A INSCRIÇÃO DO ESTABELECIMENTO
NO CADASTRO GERAL DE CONTRIBUINTES

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO O Nº DE INSCRIÇÃO FOR INFORMADO,
AINDA QUE POR APOSIÇÃO DO CARIMBO PADRONIZADO DO CGC.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL

LEI Nº 6015 de 31 de dezembro de 1973

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

TÍTULO III CAPÍTULO I

114 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão inscritos:

I — Os contratos, os atos constitutivos, o estatuto ou compromisso das Sociedades Cíveis, religiosas, pias, morais, científicas ou literárias, bem como o das fundações e das associações de utilidade pública ;

— As sociedades cíveis que revestirem as formas estabelecidas nas leis comerciais, salvo as anônimas.

119 — A existência legal das pessoas jurídicas só começa com o registro de seus atos constitutivos.

Parágrafo Único — Quando o funcionamento da sociedade depender de aprovação da autoridade, sem esta não poderá ser feito o registro.

121 — Para o registro serão apresentados dois exemplares do jornal oficial em que houver sido publicado o estatuto, compromisso ou contrato, além de um exemplar deste quando a publicação não for integral. Por aqueles se fará o registro mediante petição, com firma reconhecida do apresentante legal da sociedade, lançando o Oficial, nos dois exemplares, a competente Certidão do Registro, com o respectivo número de Ordem, Livro e folha, um dos quais será entregue ao apresentante e o outro arquivado em Cartório, rubricando o Oficial as folhas em que estiver impresso o contrato, compromisso ou estatuto.

122 — No Registro Civil das Pessoas Jurídicas serão matriculados:

I — Os jornais e demais publicações periódicas;

II — As oficinas impressoras de qualquer natureza pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas;

III — As empresas de radiodifusão que mantenham serviços de notícias, reportagens, comentários, debates e entrevistas;

IV — As empresas que tenham por objeto o agenciamento de notícias.

Neste Serviço todos os documentos apresentados são Registrados em Livros próprios ficando **REGISTRADOS INTEGRALMENTE** e perpetuados, em seu inteiro teor, em sua forma original com todas as suas características, assinaturas, quaisquer acréscimos, alterações, entrelinhas, ressalvas, podendo ser reproduzidos a qualquer tempo, fielmente, mediante Certidões, deste Serviço para todos os efeitos jurídicos.

AS CERTIDÕES do Registro de Títulos e Documentos extraídos do Registro Integral valem como os próprios originais.

(Cód. Civil Arts. 137 e 138; Lei nº 6.015, de 1973 – Lei de Registros Públicos – Art. 161)

AS CERTIDÕES do Registro de Títulos e Documentos extraídas datilograficamente ou por processo reprográfico de registros integrais, feitos por meio de microfilmagem, com lançamentos remissivos em seus Livros, valem como os próprios originais, produzindo os mesmos efeitos jurídicos e probantes em juízo ou fora dele.

(Cód. Civil Arts. 137 e 138; Lei nº 6.015 – Lei de Registros Públicos – Arts. 19 § 1º, 141 e 161; Lei nº 5.433 Lei de Microfilmagem – Art. 1º § 1º)

SERVIÇO PRIVATIVO DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS

Rua Cândido Pessoa, 31 – Tel.: (083) 222-1017

João Pessoa

Estado da Paraíba

ESTADO DA PARAÍBA
CÂMARA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA
- Casa Napoleão Laureano -

LEI Nº 7.957, DE 11 DE Dezembro DE 1 995.

RECONHECE DE UTILIDADE PÚBLICA A
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE,
CULTURA E MEIO AMBIENTE.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA, ESTADO DA
PARAÍBA, FAÇO SABER QUE O PODER LEGISLATIVO DECRETA E EU SANCIONO
A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública A
ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS DA ARTE, CULTURA E MEIO AMBIENTE, uma
sociedade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro nesta
Capital, na Rua Senador João Lira, 759, Jaguaribe, devidamente
registrada no Cartório de Títulos e Documentos Toscano de Brito,
protocolado no Livro "A"22 e registrada sob o Nº 88496, e
determina outras providências.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua
publicação, revogadas as disposições em contrário.

PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA,
EM 11 DE Dezembro DE 1 995.

FRANCISCO XAVIER MONTEIRO DA FRANCA
(P R E F E I T O)

Estado da Paraíba

Assembléia Legislativa

Registrado no Livro de Plenário

às Fls. _____ Sob No. 552/96

EM, 20 / 09 / 19 96

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia 1 / 1

de 19__

EM _____ / 19__

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em _____ / _____ / _____

Diretor da Ass. ao Plenário

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO,
USUCA E REPOSIÇÃO.

Em 23.09.96

Felipe Soares de Brito
Sec. Legislativo

Designado como Relator
o Deputado Re Adeline
Em, _____ / _____ / _____

Presidente

13

Estado da Paraíba

Assembléia Legislativa

Registrado no Livro de Plenário

às Fls. _____ SOB Nº 559/96.

EM, 20 de Setembro de 1996.

[Handwritten signature]

Publicado no Diário do Poder

Legislativo do Dia ____/____/____

de 19__

EM _____, 19__

SECRETÁRIO

Remetido à Secretária Legislativa

Em ____/____/____

Diretor da Ass. ao Plenário

Estado da Paraíba

Assembléia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 558/96

Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, e dá outras Providências.

AUTOR : O DEPUTADO LUIZ COUTO

RELATOR : O DEPUTADO PADRE ADELINO

P A R E C E R :

I - RELATÓRIO :

Chega para análise e emissão de seu competente parecer técnico desta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Projeto de Lei nº 558/96, da autoria do ilustre deputado Padre Luiz Couto, através' do qual pretende aquele insigne parlamentar que esta Assmbléia Legislativa Declare como de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, com sede e foro na rua Senador João ' Lira nº 759, no Bairro de Jaguariba nesta Capital, é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos, e que tem como principais objetivos: Difundir as manifestações culturais locais; Promover a Defesa do Meio Ambiente; em geral e a preservação dos ecossistemas naturais em particular; Editar Di vulggr e subvencionar eventos nas áreas de: artes plásticas, musicas, ar tes cênicas, festas populares, cursos e projetos de preservação do meio ' ambiente.

É O RELATÓRIO.

II - VOTO DO RELATIR:

Depois de cuidadosa análise sobre a presente proposi - ção, esta relatoria se manifesta perfeitamente concorde com a pacífica '

Estado de Paraná
Assembleia Legislativa

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E FISCALIZAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 258/56

Reconhecer de Utilidade Pública as Associações das Mulheres
da Guiné, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, e as outras
provincianas.

PROJETO DE LEI Nº 258/56

PROJETO DE LEI Nº 258/56

P A R E C E R :

I - FUNDAMENTO :

Chama para análise e emissão de parecer a Comissão de Constituição, Justiça e Fiscalização o Projeto de Lei nº 258/56, da autoria do Ilustre Deputado Tabaré Luis Costa, que trata de reconhecer de utilidade pública as Associações das Mulheres da Guiné, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, com sede e foro na rua de número 258, e as outras provincianas, que tem como principais objetivos: proporcionar assistência cultural às mulheres; promover a defesa do meio ambiente; e a preservação das estatuetas naturais em particular; e a preservação dos eventos nas áreas de artes plásticas, música, dança e teatro, festas populares, cursos e projetos de preservação de bens culturais.

II - FUNDAMENTO :

III - VOTO DO AUTOR :

Deputado de Curitiba análise sobre a presente proposta - esta relatada ao momento de apresentação com a seguinte

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa

- 2 -

tramitação recomendando inclusive, pela sua acolhida por parte do dou-
to Plenário desta Casa Legislativa, vez que, o mesmo não fere nenhum'
dispositivo **constitucional**, jurídico, formal ou regimental motivos pe-
los quais esta relatoria aceitou de plano a sua legalidade, oportuni-
dade e constitucionalidade, inclusive vislucrou em sua documentação '
instrutiva, uma declaração de autoridade competente local, da real e-
xistência e sua regular atividade fim, provando, obviamente, sua real
existência de direito e de fato.

É O VOTO

RELATOR: Pe. ADELINO

111 - PARECER DA COMISSÃO:

A Comissão de Constituição Justiça e Redação, reunida
na totalidade dos seus membros decidiu por unanimidade acatar o voto'
do Sr. relator Deputado Padre Adelino, nos termos do seu retro pare-
cer declarando pela Constitucionalidade, oportunidade e conseqüente a
provação do Projeto de Lei nº 558/96, sem restrições.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 1996

DEP. GERVASIO MAIA
PRESIDENTE
DEP. TARCISO TELINO
MEMBRO
DEP. AERCIO PEREIRA
MEMBRO
DEP. PADRE ADELINO
RELATOR
DEP. ANTONIO IVO
MEMBRO
DEP. ZENÓBIO TOSCANO
MEMBRO

DEP. VANI BRAGA
MEMBRO

Assembleia Legislativa

- 2 -

limitação necessária inclusive, pela sua natureza por parte do órgão
to ilimitado das suas atividades, nos termos, o mesmo não pode ser
dispositivo constitutivo, formal ou real, motivo de ordem pública
das quais esta relação resulta de plano a sua legalidade, portanto
sua e constitucionalidade, inclusive violação em sua documentação
instituída, uma declaração de autenticidade competente local, da qual o
existência e sua regular atividade são, portanto, óbvias, e assim
existência de direito e de fato.

É O VOTO

RELATOR: Sr. DEBILDO

III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição e Justiça e de Poderes, tendo em
de conhecimento dos seus membros a decisão por unanimidade do Conselho
de Sr. Relator Deputado Paulo Roberto, nos termos do seu relatório
em conformidade com o parecer da Comissão de Constituição e Justiça e
de Poderes, em sessão de 25 de outubro de 1958, sem restrições.

Sala da Comissão, 25 de outubro de 1958

DR. PAULO DEBILDO
RELATOR

DR. ANTONIO LUIZ
MEMBRO

DR. ANTONIO FERREIRA
MEMBRO

DR. JOSÉ DE ALMEIDA
MEMBRO

DR. JOSÉ DE ALMEIDA
MEMBRO

DR. ANTONIO FERREIRA
MEMBRO

DR. VALI BRAGA
MEMBRO

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

Ofício nº 1.885

João Pessoa, em 21 de Novembro de 1996.

Senhor Governador

Encaminho a Vossa Excelência o autógrafo do Projeto de Lei nº 558/96, de autoria do Deputado LUIZ COUTO, que Reconhece de utilidade pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, e dá outras providências.

Atenciosamente

CARLOS DUNGA
Presidente

Ao Excelentíssimo Senhor
JOSÉ TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
NESTA

Estado da Paraíba
Assembléia Legislativa
Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº 156/96

PROJETO DE LEI Nº 558/96

Reconhece de utilidade pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA

Art. 1º - Fica reconhecida de utilidade pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA com sede e foro na cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, João Pessoa em, 21 de Novembro de 1996.

CARLOS DUNGA
Presidente

ESTADO DA PARAÍBA

Publicado Diário Oficial

DESTA DATA

Em, 26/11/96
GABINETE CIVIL DO GOVERNADOR

LEI N.º 6.372 , DE 25 DE NOVEMBRO DE 1996

Reconhece de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA :

Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei;

Art. 1º - Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação dos Amigos da Cultura, Arte e Meio Ambiente - AACAMA com sede e foro na Cidade de João Pessoa, neste Estado.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 25 de novembro de 1996; 108º da Proclamação da República.

JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR